



XXXIV ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES,
XVI MOSTRA ACADÊMICA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA e
I MOSTRA DE EXTENSÃO: CONEXÕES ENTRE
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE.



SABERES POPULARES E INTERVENÇÕES DE CURA: O CASO A PRETA FORRA MARIA ANTONIA.

Gabrielle Pereira Nardon Rodrigues (BIC-UCS), Roberto Radunz (Orientador(a))

O presente trabalho investiga o processo criminal de 1866, instaurado contra a ré Maria Antonia sob acusações de feitiçaria e envenenamento, cujos autos originais pertencem ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A atividade central da pesquisa reside na decifração e interpretação de vozes marginalizadas em documentos oficiais marcados por grande precariedade física. A metodologia consistiu na técnica de paleografia para a transcrição integral dos manuscritos, superando obstáculos como a corrosão do papel, manchas de tinta e a grafia complexa do período imperial. A pesquisa destaca a relevância fundamental do depoimento da ré, uma mulher preta forra de aproximadamente 70 anos, cujo registro em juízo permitiu conhecermos com maior profundidade seus saberes populares de cura. A análise bibliográfica foi fundamental para a construção de um aparato teórico que permitisse superar a visão do escravizado como objeto passivo, possibilitando a percepção da ré como sujeita histórica dotada de ações e racionalidades próprias em sua luta por autonomia e dignidade. A fundamentação teórica auxiliou ainda na compreensão da cultura jurídica praticada no período e na hierarquia das provas na época, em que a estabilidade moral e o status social das testemunhas definiam a credibilidade dos relatos perante o juízo secular. Investigou-se também a repressão às práticas de cura e o esforço da medicina acadêmica em monopolizar o diagnóstico e o tratamento das enfermidades. Os resultados demonstram que a medicina oficial da época, em estágio incipiente, não obteve êxito em consolidar o corpo de delito no caso de Maria Antonia. Já os depoimentos das 8 testemunhas evidenciaram a baixa credibilidade que a classe médica tinha na sociedade da época. Este vácuo técnico levou os peritos à naturalização dos sintomas físicos, o que esvaziou juridicamente a acusação de envenenamento. Conclui-se que o resgate paleográfico é indispensável para revelar uma justiça que, ao exigir provas claras e indubitáveis, acabou protegendo indivíduos cujas artes de curar desafiavam as normas vigentes. O trabalho contribui para o campo da cultura medicinal popular e da história social, projetando futuras apresentações em eventos científicos.

Palavras-chave: paleografia, curandeirismo, feitiçaria

Apoio: UCS